**PROCESSO**: **n º** 2000 - 029462/2014

**INTERESSADO:** HOSPITAL GERAL DO ESTADO.

**ASSUNTO:**  SOL. AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO

Trata-se do Processo Administrativo nº 2000 - 029462/2014, em 01 (um) volume, com 39 (trinta e nove) fls., que versa sobre o pagamento aquisição de Gênero Alimentício estocável (fórmula infantil a base de proteínas), para atender as necessidades de abastecimentos dos Setores do Hospital Geral do Estdco, unidade pertencente à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU através da empresa **R E COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 05.901.112/0001-37)**. A solicitação de pagamento está orçada em **R$7.257,60 (sete mil, duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos).**

Conforme aduzido nos autos, a contratação está consubstanciada no art. 59, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos na legislação de regência, em exercício da missão institucional deste órgão de controle.

Nesse sentido, em atendimento à determinação emanada do Gabinete da Controladora Geral do Estado (fls.39), passamos à análise técnica dos autos, a qual se restringiu à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo:

**1 – FALTA DA APRESENTAÇÃO DAS CND´s VÁLIDAS ANTES DA CONTRATAÇÃO** - Verifica-se documento intitulado C.R.C – Certificado de Registro Cadastral, assinado pela técnica da SESAU, Nayane de Albuquerque Carnaúba, onde informa que os Certificados de Regularidade Fiscal e Trabalhista estão válidos, sem no entanto, apensá-los aos autos. Observa-se, ainda, despacho de lavra de servidora que responde pelo Setor de Cadastro, Averiguação de Preços e Regularidade de Empresas – SECAPRE, Janaína Lopes de Oliveira Pedroza, onde conclui que a melhor oferta para o erário foi da empresa **R E COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 05.901.112/0001-37)**, que se encontra em situação de IDONEIDADE FISCAL REGULAR, com base no CRC emitido, sem apensar as CND´s. (fls. 19/20).

**2 – AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO –** Verifica-se que foi não acostada aos autos a AUTORIZAÇÃO para aquisição, emitida pelo gestor da SESAU.

**3 – COTAÇÕES DE PREÇOS -** Verifica-se solicitação de cotação de preços realizada sempre nas mesmas empresas, fls. 14/17, quando analisamos os demais processos tendo o mesmo objeto, **quais sejam**:

**a) R E COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 05.901.112/0001-37)**;

**b) F. RAMIRES DOS SANTGOSW - EPP (CNPJ nº 05.945.131/0001-65) e,**

**c) PERFIL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. (CNPJ nº 12.498.804/0001-41).**

Em todos os processos, observa-se, ainda, que foi sagrada vencedora a Empresa **R E COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 05.901.112/0001-37)**, fls. 18. Tais fatos revelam a inconcebível falta de atenção para com outros fornecedores, desta forma extingue uma maior oportunidade de concorrência, e comete a falta de transparência do processo.

**4 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – Consta informações da dotação orçamentária a ser utilizada nas despesas, fls. 23, referente ao exercício de 2014.

**5 – DANFE** – Às fls. 27 dos autos apresenta-se a cópia do DANFE nº 000.001.126, de 13/01/2015, da Empresa **R E COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 05.901.112/0001-37)**, atestada pela servidora Ana Marta de Barros, Gerente da Seção de Nutrição e Dietética.

**6 – CERTIDÕES DE REGULARIDADE –** Em análise aos documentos apensados aos autos, observa-se que não foram acostados as Certidões de Regularidade da empresa **R E COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 05.901.112/0001-37)**.

**7 – AUSÊNCIA DE CONTRATO –** Às fls. 35 verifica-se Despacho S/N, datado de 12/07/2017, de lavra da Assessora Técnica do Setor de Contratos, onde informa a INEXISTÊNCIA de contrato referente ao objeto em comento.

**8 - DO ATENDIMENTO AO DECRETO Nº 51.828/2017 -** Observou-se o não cumprimento ao que determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.828/17, quanto ao ato de reconhecimento da divida onde o gestor deve informar:

1. Se existe dotação orçamentária suficiente para a realização do empenho e liquidação no SIAFEM;
2. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da dívida a ser reconhecida no orçamento vigente e posteriores, considerando os limites estabelecidos na programação orçamentária e financeira para o exercício;
3. Declaração do ordenador da despesa de que o reconhecimento da dívida é exequível na execução orçamentária e financeira para o exercício vigente e seu impacto na execução orçamentária e financeira não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do órgão ou da entidade até o final do exercício sem aumento na dotação disponível;
4. Da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

De toda a explanação e detalhamento processual, contidos no presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, alerte-se para a necessidade de informações, quais sejam:

**I - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**– A liquidação da despesa deve ser precedida da apuração da boa fé do particular contratado mediante instauração de processo administrativo, no âmbito da SESAU, em obediência ao art. 2º da Lei Estadual nº 6.161/2000 e da Seção III da Lei nº 8.666/1993.

**II - CONDUTA DOS AGENTES PÚBLICOS** – A conduta dos agentes públicos que, omissivamente ou comissivamente, tenha concorrido para a ocorrência da ilegalidade deve ser PREVIAMENTE investigada através de processo administrativo instaurado, nos termos das Leis nº 5.247/1991, nº 6.161/2000 e nº 8.666/1993, no âmbito da SESAU, onde se apurem e se imputem as respectivas responsabilidades**.**

**III – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA –** que seja atualizada a dotação orçamentária quando do pagamento.

**IV - DAS CERTIDÕES** – Quando do pagamento que as certidões referentes à regularidade fiscal válidas sejam acostadas aos autos em atendimento à legislação pertinente.

**V - DO ORDENADOR DE DESPESAS -** Que seja juntado aos autos o Reconhecimento e a justificativa do não pagamento da Dívida pelo Gestor do Órgão como determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.828/17.

Encaminhem-se os autos ao gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada e providências, sugerindo a devolução dos autos ao Órgão de origem, para a solução das pendências processuais apontadas nos itens I a V, ato contínuo que a Secretaria promova o reconhecimento da Dívida à empresa **R E COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 05.901.112/0001-37)**, mediante publicação do ato, conforme art. 48, § 3º do referido decreto**.**

Maceió-AL, 24 de outubro de 2017.

Hertz Rodrigues lima

**Assessor de Controle Interno/ Matrícula nº 29.871/9**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**